

# Dívida cresce US\$ 10 bi

## ■ Desvalorização do real e pressão de títulos aumentaram as contas a pagar no exterior

VIVIAN OSWALD

BRASÍLIA – A desvalorização do real fez com que a dívida externa brasileira aumentasse R\$ 5 bilhões, informou ontem o secretário do Tesouro Nacional, Eduardo Guimarães. A dívida mobiliária (em títulos) também cresceu R\$ 5 bilhões pressionada pelos papéis com reajuste cambial vendidos pelo governo ao mercado interno. Guimarães acredita que, para os próximos meses, com o câmbio mantendo trajetória de queda, o efeito pode ser inverso e reduzir parte das dívidas do governo.

De acordo com o secretário do Tesouro, o governo emitiu menos papéis do que resgatou em feverei-

ro. O resgate líquido (diferença entre os papéis resgatados e emitidos) ficou em R\$ 2,1 bilhões no período e mesmo assim, não foi suficiente para provocar uma queda no estoque da dívida em títulos. A dívida mobiliária federal total ficou em R\$ 368,5 bilhões, o que representa 26% do PIB.

A dívida total do Tesouro Nacional (soma das dívidas interna e externa) cresceu em fevereiro 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB), passando de 16,5% para 17% do PIB. Esse resultado se deveu basicamente ao impacto da dívida externa. A dívida interna do país em poder do mercado caiu R\$ 897 milhões, apesar do aumento da dívida

mobiliária federal, uma de suas principais componentes.

Para mudar o perfil de sua dívida em títulos, o governo está se lançando num esforço para substituir os papéis com remuneração pós-fixada, que hoje representam quase 80% do estoque. Até fevereiro, os papéis remunerados pela taxa Selic equivaliam a 55% do total e aqueles com variação cambial, 24%. Na semana passada, o governo fez o primeiro leilão de títulos prefixados e deve continuar com esses lançamentos na próxima terça-feira, segundo Guimarães. A idéia é aumentar gradualmente o volume de papéis pré em leilões que devem acontecer regularmente. Inicialmente, as colocações desse tipo de

papel pelo Tesouro ainda deve ser tímida. Esse é um período em que governo e mercado estão se testando, como admitiu o próprio secretário.

Os títulos com remuneração prefixada, segundo Guimarães são mais eficientes para a administração da política monetária do governo. Outra vantagem de trabalhar com esses papéis é reduzir o custo da dívida do país. De acordo com técnicos do governo, ainda está em estudo em que grau serão emitidos esses títulos. Mais à frente, o que vai determinar essas colocações serão as metas de inflação que ainda estão sendo avaliadas pelo governo e as necessidades do financiamento das dívidas do Brasil.